



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES E FUNDAMENTOS SOCIOHISTÓRICOS

Rodrigo de Souza Medeiros¹

Resumo: Neste estudo resgatamos os elementos sociohistóricos da questão social, política social e os relacionamos ao Serviço Social no Brasil. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Concluímos que o Serviço Social no Brasil foi metamorfoseando-se conforme as transformações societárias, repercutindo na sua interpretação da questão social e no exercício profissional diante das políticas sociais.

Palavras-chave: Questão Social; Serviço Social; Política Social.

Abstract: In this study we retrieved the sociohistorical elements of the question issues, and social policy and related them to Social Work in Brazil. For this, a bibliographic research was carried out. We conclude that the Social Work in Brazil was metamorphosed according to the societal transformations, repercussions in its interpretation of the social issues and in the professional exercise before the social policies.

Keywords: Social Issues; Social Work; Social Policy.

INTRODUÇÃO

O serviço social durante toda sua trajetória sociohistórica, esteve direcionado a responder demandas oriundas do modo de produção capitalista, inicialmente no período que se refere a fase de expansão do capital, em larga escala internacional, que ficou conhecida como a constituição do capitalismo monopolista. De fato, à medida que se aumentava a acumulação de riqueza produzida de modo privado, maiores eram as desigualdades e o pauperismo da classe trabalhadora, que se articulou diante dessa situação, a fim de reivindicar ações estatais, e o serviço social surge como mecanismo estratégico do Estado para de certa forma responder as

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: rodrigomedeiros@prh.ufrn.br

expressões da questão social, que passaram durante a trajetória histórica da profissão e continuam sendo a matéria-prima da intervenção do assistente social.

Partindo da análise do aprofundamento da questão social, surge no plano do Estado a elaboração de políticas sociais, que assim como a questão social, são elementos constituintes da materialidade do exercício profissional.

A presente pesquisa bibliográfica, busca apreender o movimento relacional e transversal entre questão social, política social e serviço social, de maneira a compreendermos seus fundamentos sociohistóricos.

Nosso estudo está distribuído em duas partes, sendo a primeira colocada de maneira breve os fundamentos macroestruturais da conformação da questão social, seu núcleo fundante; desdobramentos e seus diferentes enfrentamentos por parte do Estado e das políticas sociais, às quais se enfatiza sua trajetória na sociabilidade capitalista, visto que “é fundamental lembrar que a questão social é referência para entender o desenvolvimento das políticas sociais” (YAZBEK, 2013, p. 13).

Enquanto a segunda parte enfatiza-se o desenvolvimento do serviço social no Brasil e sua relação na interpretação da questão social, como também suas diferentes abordagens com relação à trajetória das políticas sociais, considerando as transformações socioeconômicas da conjuntura brasileira.

1. Uma breve análise da questão social e política social

Antes de adentrarmos na análise da questão social e suas repostas na política Social, iremos buscar alguns fundamentos que nos ajudam na compreensão da questão social e sua relação e imbricações com o Estado, burguesia e o conjunto da classe trabalhadora. Dentro desse cenário, a política social faz-se presente como produto do processo das relações de produção e reprodução do modo de produção capitalista.

Primeiramente, vale-se salientar sobre a nossa compreensão acerca da questão social, em relação aos seus determinantes, principalmente a recortando ao seu determinante estrutural, o fato de que “a questão social está elementarmente

determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – *a exploração*” (NETTO, 2006, p. 157, grifo do autor).

Partindo por esse viés, relacionamos a questão social à lei geral de acumulação capitalista, que tem como seu fundamento motriz a *acumulação privada da riqueza socialmente produzida* (PASTORINI, 2010).

Essa contradição, inerente ao modo de produção capitalista, intensifica as principais manifestações da questão social como a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais, em que suas particularidades irão depender das características históricas de formação econômica de determinado país ou região, assim como, em diferentes estágios capitalistas são produzidas distintas expressões da questão social (PASTORINI, 2010).

De fato, a questão social no modo de produção vigente, desenvolve-se de maneira em que na medida em que o número da riqueza produzida cresce, exponencialmente, há uma maior desigualdade social e pauperismo da classe trabalhadora, isso ocorre pela circunstância que mantém o modo de produção capitalista, a concentração de riqueza produzida. Suas expressões serão distribuídas de diferentes formas, dependendo do componente sócio – histórico de uma região e do estágio de desenvolvimento do capital. Não podemos deixar de destacar outro atenuante que aprofunda massivamente as expressões da questão social, o *materialismo histórico* com relação às “[...] configurações assumidas pela *questão social* integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto suas dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história” (IAMAMOTO, 2008, p. 156, grifos do autor).

Diante disso, partimos da concepção de que é fundamental compreendermos de que a desigualdade e barbárie perpassam diversas expressões da questão social, desde caráter econômico ao cultural.

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2008, p. 160).

Entendemos que a questão social está espalhada em todas as dimensões da vida em sociedade, e inserida no *cenário* de disputa, com interesses de classes antagônicos.

Diante da breve análise, acerca de alguns aspectos da questão social, iremos para um elemento, que passou a ser constituinte nessa contradição que germina a questão social, o qual é a política social.

Para a compressão dos constituintes históricos da questão social, buscamos nos situar no início de seu fomento, século XIX, o qual nos remete ao desenvolvimento do Estado Liberal, época do capitalismo concorrencial, marcado pelo livre mercado de grandes grupos industriais, e pelo aumento massivo das expressões da questão social, em plena Revolução Industrial na Inglaterra, período em que foi “inaugurado por uma série de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais [...]” (SINGER, 1994, p. 22). Dentre essas mudanças, podemos aferir uma profunda transformação nas relações produção, meramente capitalista e de subsunção do operário ao burguês, pois

[...] A Revolução Industrial produziu a hegemonia indiscutível do capitalista na produção social. Fê-lo ao tornar a produção dependente da máquina e, portanto, de quem tem o poder de dispor dela (SINGER, 1994, p. 32).

Nesse contexto, a burguesia controlava e comprava a força de trabalho da classe operária, pois aquela detinha as máquinas - os meios de produção, assim, aumentando a concentração de riqueza e conseqüentemente, o pauperismo.

Na perspectiva de incremento de políticas sociais, às quais se mostrou de modo incipiente no Estado liberal, podemos destacar os seguintes atenuantes: o fator da restrição de intervenção do Estado na economia, podendo atuar somente na perspectiva das relações sociais com vistas a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado; outro ideário dos liberais é a de que as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício, pois elas desestimulam o interesse pelo trabalho e geram acomodação, o que seria um risco para a sociedade de mercado; e por último a política social deveria ser apenas um paliativo,

garantindo assistência mínima àqueles que não tinham condições de competir no mercado (crianças, idosos e deficientes) (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Podemos observar que a perspectiva do Estado liberal era somente de regulação do mercado para o acúmulo de riquezas e propriedades de modo privado, estimulando às liberdades individuais e, por seguinte, a responsabilização do indivíduo pela sua condição de vida e sobrevivência.

No entanto, foi nesse período, diante do pauperismo e miséria que assolava a classe trabalhadora, que começaram às primeiras reivindicações, através da organização coletiva dos trabalhadores.

As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HOFLING, 2001, p. 31).

Podemos salientar a importância do papel da organização da classe trabalhadora para a implementação das primeiras iniciativas estatais, no que concerne às políticas sociais à população. De acordo com Behring e Boschetti (2009), a partir do final do século XIX e início do século XX, houve uma generalização dos direitos políticos, o qual foi resultado da luta da classe trabalhadora, contribuindo significativamente para a ampliação dos direitos sociais, questionando e tencionando o papel do Estado.

A implementação das políticas sociais não ocorreu de forma generalizada e efêmera, mas sim, considerando toda a processualidade histórica das relações sociais de uma determinada realidade.

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 54).

Com o surgimento das primeiras políticas sociais, ocorreu também a crise do Estado liberal. De acordo com Behring (2009), a crise corresponde a dois fatores: o primeiro refere-se ao crescimento do movimento operário e às experiências

socialistas no início do século XX, que ameaçavam a hegemonia do capital, assim, configurando uma atitude defensiva, por parte do Estado; enquanto o segundo diz respeito ao processo de concentração e monopolização do capital, em que se passou a requerer grandes investimentos, contribuindo para uma grande fusão do capital financeiro com o industrial, originando o capitalismo em sua fase monopolista.

Após a grande depressão de 1929 na bolsa de Nova York, a maior crise do capitalismo vista até aquele momento, em que os preceitos liberais foram colocados em xeque e necessitava-se de estratégias para a manutenção do modo de produção capitalista, diante desse cenário John Maynard Keynes, propôs que o Estado passasse a intervir na regulação econômica, por meio de intervenções econômicas e sociais, dentre elas, observamos o incremento de políticas sociais.

Essas políticas sociais se generalizam nesse contexto, compondo o rol de medidas anticíclicas do período, e também foram o resultado de um pacto social estabelecido nos anos subsequentes com seguimentos do movimento operário, sem o qual não podem ser compreendidas (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 71).

As políticas sociais, ampliadas durante o período do Welfare State, mostraram-se como resultados dos tensionamentos entre a burguesia e classe trabalhadora, assim como, um escape para [...] “amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 71).

Entretanto, os “Anos de Ouro” do capitalismo “regulado” começam a perder sua força no final da década de 1960, pois a absorção da população dos países centrais no mercado de trabalho já não era mais a mesma, com isso, passando a contrariar as expectativas do pleno emprego. Nesse período, ocorrem vários determinantes para o exaurimento do Estado de bem-estar social, dentre eles, podemos destacar um considerável aumento das dívidas públicas e privadas; a explosão da juventude em 1968, em todo o mundo; e a primeira grande recessão, ocasionada pela alta do preço do petróleo 1973/74. Esses indicadores colocaram em questionamento o Estado que primava pela *mediatização civilizatória*, através do pleno emprego e proteção social. Assim, as elites político-econômicas, começaram a questionar e responsabilizar o Estado pela sua grande intervenção em determinados

setores, especialmente, os que não se revertiam diretamente aos interesses da burguesia, como exemplo as políticas sociais (BEHRING, 2009).

Assim, para administrar essa crise, as elites burguesas resgatam nos preceitos neoliberais, estratégias de manter e aumentar a acumulação de capital. Nesse período, as políticas sociais sofreram e continuam, na contemporaneidade, sofrendo fortes refrações que são reflexos do modelo macroeconômico do capitalismo financeiro.

As políticas sociais pautadas no ideário neoliberal, “[..] que estão aludidas sob a *privatização, a focalização e descentralização*” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 156, grifos do autor). Essas são as características fundantes da seguridade social sob a hegemonia neoliberal, de acordo com Behring; Boschetti (2009), cuja tendência é de contratação de encargos sociais e previdenciários (terceirização); da supercapitalização, a favor dos monopólios financeiros; da privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, incluindo a saúde, educação e previdência; configurada em um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista ao extremo.

Ademais, observa-se que as políticas sociais foram e estão sendo pautadas na conjuntura de tensão entre as classes sociais, em que o movimento de abertura ou restrição das políticas sociais estão ordenadas de acordo com os interesses hegemônicos da burguesia e sofrendo flexões da articulação política da classe trabalhadora, constituindo assim esse processo dialético de correlação de forças.

Na contemporaneidade, o reducionismo de direitos e conquistas da classe trabalhadora está à mercê de ações pontuais e compensatórias para os efeitos mais perversos da crise do capital, enquanto que a motriz que sustenta o capitalismo e fecunda a questão social, a relação capital/trabalho, está preservada.

[..] é **insuprimível** nos marcos da sociedade onde domina o Modo de Produção Capitalista. Imaginar “solução” da “questão social”, mantendo-se e reproduzindo-se o Modo de Produção Capitalista é o mesmo que imaginar que o Modo de Produção Capitalista pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital (NETTO; BRAZ, 2012, p. 152, grifos do autor).

Portanto, devemos levar em consideração que só será possível a extinção da questão social, se a estrutura do capitalismo for exaurida. Várias medidas poderão ser tomadas, a fim de “suavizar” as desigualdades inerentes ao capital, porém a estrutura de expropriação - da vida material e espiritual, continuará enquanto o sistema vigente persistir.

2. O Serviço Social e sua relação com a questão social e com a política social no Brasil

O Serviço Social no Brasil imprime seus primeiros passos na década de 1930, de acordo com Bravo (2013), o a profissão mostra-se emergente no momento em que a “questão social” assume nova qualificação, necessitando ser enfrentada politicamente pelo Estado, pela igreja e por diversas frações da classe dominante. A legitimação do Serviço social também esteve ligada à uma busca da recuperação da hegemonia católica no cenário político, em detrimento de posicionamentos de cunho marxistas, que ganhavam força no interior na classe operária. Durante esse período, ocorreu uma convenção entre Igreja e Estado sob “a necessidade de um projeto comum de dominação da classe trabalhadora” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2012, p.172).

Essa época fica marcada pela presença da criação de grandes instituições assistenciais, controladas pelo Estado, com o intuito da criação de uma política de massa, objetivando o controle das reivindicações da classe trabalhadora, como também a manutenção do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Surgem, para isso, as grandes instituições assistenciais e previdenciárias que, articuladas com os setores dominantes, procuram *responder* às pressões dos setores urbanos em desenvolvimento, passando as iniciativas assistenciais, incorporadas pelo Estado, a constituir mecanismos de apoio à aceleração do processo de desenvolvimento capitalista no país (SILVA, p.24, 2009, grifo do autor).

Segundo Silva (2014), as implantações das primeiras escolas de serviço social estiveram como base filosófica, o neotomismo, demarcada pela influência

franco – belga, que correspondia a uma intervenção de caráter religioso, numa ação social e filantrópica assistemática e meramente vocacional.

A questão social neste período passou a ser concebida não como decorrente das contradições do modo de produção capitalista, mas sim, como meros desajustes sociais do indivíduo, tal postura é reflexo do positivismo funcionalista, que interpreta a sociedade a partir de leis naturais e invariáveis (SILVA, 2014).

Percebemos que as primeiras intervenções do Serviço Social estavam pautadas no ajuste moral dos indivíduos, que eram requisições do Estado e da própria Igreja, com intuito de estabelecer a ordem e evitar mobilizações em massa que poderiam ameaçar o *status quo* daquela sociabilidade pautada no ideário burguês. “[...] sua intervenção são aquelas produzidas pelas classes e frações de classe dominantes, necessárias à reprodução das relações sociais de produção capitalistas” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2012, p. 225).

Logo após esse período, o serviço social se viu desafiado a responder novas indagações de caráter técnico, com isso, bebeu das influências norte americanas, norteadas pelo estrutural/funcionalismo de uma perspectiva positivista da realidade.

Uma característica da profissão nesse cenário é de uma prática fragmentada e conseqüentemente descolada das determinações histórico-estruturais. Essa postura passou a ser resultado dos métodos de Serviço Social de Caso, em que a atuação do assistente social era centrada na personalidade do cliente, objetivando o estímulo de mudanças para seu ajuste na sociedade (SILVA, 2014).

Diante dessa perspectiva de intervenção pautada no individualismo liberal, respaldadas por práticas em nome de um suposto Estado de Bem-Estar social, em busca de um projeto integrador e desenvolvimentista, tivemos o Serviço Social de Grupo, assim como, seu trabalho no Desenvolvimento de Comunidade (DC).

De acordo com Silva (2009), na década de 1950, o fomento de uma política econômica de acumulação de riqueza, esteve valorizada em detrimento da política social no Brasil. Nesse contexto, o serviço social passa a ter um papel significativo no projeto desenvolvimentista nacional, sendo um de seus instrumentos o Desenvolvimento de Comunidade, o qual pautava-se numa visão acrítica e a-

classista que se sustenta em pressupostos de uma sociedade harmônica e equilibrada.

Essas medidas são reflexos de movimentos de organismos sociais que passaram a se preocupar em organizar uma modernização pautada no controle da hegemonia do capital, perante o avanço do movimento comunista na América Latina, o qual impulsionou o exercício de repensar de forma crítica as bases societárias hegemônicas e o serviço social iniciou sua participação nesse movimento através do questionamento da realidade e de suas práticas profissionais.

A década de 1960 representou uma fase de superacumulação e abertura do capital internacional nos países de capitalismo periférico, situamos aí o Brasil, tal processo aumentou as contradições sociais já existentes. Diante desse contexto, parte dos assistentes sociais passou a procurar novas formas de adequar sua prática às reais exigências dos países em desenvolvimento. Esse cenário de crise na América Latina teve fortes reações e manifestações no serviço social brasileiro, dentre elas, destaca-se o denominado Movimento de Reconceituação, o qual teve seu início na década de 1950 na América Latina (SILVA, 2014).

Um movimento de continuidade e intensificação de uma acumulação privada no âmbito público ocorreu com a implantação do Golpe de Estado militar no Brasil, em uma política pautada no crescimento econômico acima de todos outros fatores conjunturais, inclusive da questão social. Netto ainda reforça em sua obra acerca do período:

O Estado erguido no pós – 64 tem por finalidade assegurar a *reprodução do desenvolvimento dependente e associado*, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais [...]” (NETTO, 2009, p. 29).

Compreendemos nesse contexto, que as ações do Estado brasileiro, estavam voltadas aos interesses dos grandes monopólios do capital e atuando sob uma ótica, segundo Pereira (2012), de uma política social amplamente utilizada como compensação ao cerceamento dos direitos civis e políticos, praticado pelo Estado ditatorial, em prol da continuidade à industrialização desenvolvimentista no país.

O serviço social nesse momento viu-se desafiado a renovar o seu fazer profissional, diante de políticas integradoras, nas quais se buscava o desenvolvimentismo do país em prol das forças autocráticas burguesas. Deduz-se que a profissão acompanhou as tendências sócio-políticas da ditadura, de acordo com as análises dos documentos do “Seminário de Teorização do Serviço Social” – CBCISS, os quais são os de Araxá e Teresópolis, sendo formulado na *perspectiva modernizadora* e os documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista, construídos sob a ótica de *reatualização do conservadorismo*. Ambas as perspectivas, buscavam renovar o Serviço Social diante das mudanças societárias e do maior acirramento das desigualdades sociais, no entanto, os vieses teóricos desses direcionamentos eram acrílicos e a-históricos, assim, respondendo demandas com um caráter reformista e integrador aos interesses do Estado burguês.

Segundo Silva (2009), o serviço social passou a desenvolver no período de 1974 -1985 um percurso que abarcou três dimensões constitutivas da profissão, em que repercutem a dimensão política-organizativa, a acadêmica, e em menor intensidade, a da intervenção profissional. Sendo que todo esse desdobramento esteve articulado com os movimentos sociais, que estavam precisamente fortalecidos e articulados no Brasil.

Diante desse cenário, Netto (2009) relata que o serviço social estava abarcado sob novas bases, que substantivamente buscavam romper com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais, fase conhecida como a de *intenção de ruptura*.

Durante a década de 1980, época que o capitalismo estava sucumbido em mais uma crise, e que teve suas repercussões no Brasil, em seu desenvolvimento e nas políticas sociais: com atenuantes como recessão econômica; baixas taxas de crescimento e endividamento do setor público. Passou a se assistir paralelamente a isso, a queda do regime ditatorial de 1985 e logo em seguida a promulgação da constituição de 1988, a qual ampliou os direitos sociais, a cobertura e universalidade destes sendo fruto da reivindicação dos diversos setores dos movimentos sociais.

Durante esse período de redemocratização, o serviço social avançou em seu posicionamento político, sendo seu direcionamento explícito aos interesses da

classe trabalhadora, isso constatasse nas diretrizes curriculares de 1982 e no código de ética de 1986. A partir desse momento, a profissão foi se apropriando do movimento real da dinâmica das relações sociais, e segundo lamamoto (2015) de uma compreensão de sua inserção como especialização na divisão sociotécnica do trabalho. Posteriormente, importantes instrumentos legais da profissão, como o código de ética de 1993; Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, a qual regulamenta a profissão de assistente social; e a atuais diretrizes curriculares, colaboram para a consolidação do perfil e posicionamento político da profissão, que hegemonicamente na contemporaneidade passou a interpretar a questão social sob o aspecto estrutural e de totalidade, em que encontram contradições e tensionamentos, os quais são oriundos da correlação de forças, portanto, a questão social parte do ponto de decifrar

[..] a *gênese das desigualdades sociais*, em um contexto em que acumulação de capital não rima com equidade. Desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder [..]. Mas decifrar a questão social é também demonstrar as particulares *formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social* (IAMAMOTO, 2015, p. 59, grifos do autor).

Por fim, chegamos à contemporaneidade, salientando os desafios a serem enfrentados pelos assistentes sociais. lamamoto (2015) nos apresenta dois projetos que perpassam as políticas sociais, as quais refletem no fazer profissional. O primeiro projeto é o da política social de caráter universalista e democrático, voltada aos interesses dos sujeitos coletivos, por meio de uma articulação política com a sociedade civil organizada e formulada através de uma gestão predominantemente democrática. O segundo é o que hegemonicamente encontra-se em curso, que corresponde à subordinação dos direitos sociais à dotação orçamentária; precarização das questões do mundo do trabalho; deslocamento das necessidades da esfera pública para esfera privada; desmontes dos direitos sociais e conseqüente erosão da cidadania social; desvio das necessidades sociais para organizações da sociedade civil, assim como, sua intensa mercantilização.

É evidente, que a profissão está inscrita em uma conjuntura frente a muitos desafios e com diferentes projetos societários atravessando o cotidiano profissional,

visto isso, deve-se fortalecer de forma propositiva a dimensão política da categoria profissional, a fim de nos afinarmos com o primeiro projeto de política social apresentado, tarefa nada fácil, visto a complexidade das barreiras conjunturais e institucionais, porém as estratégias se fazem presente diante de todo o nosso acúmulo crítico-dialético das últimas três décadas, o qual encontrasse materializado nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

3. Considerações finais

De fato, é de suma importância compreendermos a trajetória das transformações societárias em percurso, a fim de nos apropriarmos do significado histórico da questão social, política social e do serviço social, fato que esses três elementos sempre estiveram articulados como forma de disputa de hegemonia, diante das contradições do modo de produção capitalista.

Remetendo-se ao serviço social, ressaltasse a importância da apreensão da realidade nos diferentes momentos sócio-históricos e a consequente transformação da profissão, pois os diferentes cenários e tendências conjunturais tiveram seus impactos nos diversos aspectos da profissão, visto que o projeto ético-político está “[...] inscrito no conjunto de determinações sócio-históricas [...]” (BARROCO, 2009, p.16), determinações essas que estão cada vez mais metamorfoseadas diante das várias formas que a questão social está se espalhando na contemporaneidade, pois “[...] as novas configurações da questão social, com a complexidade que adquiriu no mundo contemporâneo, ampliam os desafios para abordá-la e desvendá-la [...]” (YAZBEK, 2013, p. 13).

Portanto, a profissão encontra-se desafiada com as velhas e novas manifestações da questão social, mas nunca perdendo o fator estrutural que a fomenta. Na contemporaneidade, as políticas sociais são espaços que se estruturam sob aspectos paliativos e contraditórios, mas também de resistência e luta no sentido de ampliação dos direitos, assim, colocando aos assistentes sociais um contexto de desafios para a viabilização do nosso projeto ético - político diante da

contra - reforma do Estado, no que concerne aos direitos sociais e ampliação da cidadania.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In:_____. Curso: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, módulo I. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEADUNB, 2009.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, Elaine Rosetti. Fundamentos de Política Social. In.: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. MOTA, Ana Elizabete... [et al.] , (orgs), 4.ed. – São Paulo: Cortez; Brasília < DF : OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Saúde e Serviço Social no capitalismo: fundamentos socio-históricos**. 1.ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

BRAZ, M.; NETTO, J.P. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. In.: **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 55, novembro: 2001.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M.V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico - metodológica. 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J.P. Apêndice à terceira edição: cinco notas a propósito da “questão social”. In:_____. NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “Questão Social” em debate**. 3.ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 112, n. 1, p.729-753, out/dez. 2012.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**. 2.ed. – Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O SERVIÇO SOCIAL E O POPULAR: resgate teórico - metodológico do projeto profissional de ruptura**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. São Paulo, Atual, 1994 (Discutindo a História)

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, histórias e desafios [Editorial]. **Revista Katál**, v.16, n.1, p.14-15, mar, 2013.